
Editorial

O artigo *A evolução da transformação digital no setor público no Brasil, no período de 2000 a 2020* tem como objetivo esclarecer como o processo de transformação digital do governo federal brasileiro está ocorrendo, buscando identificar as principais dificuldades encontradas e os motivos que justifiquem, segundo a *Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)* (2018), estarmos em um nível de desenvolvimento digital que é inferior aos demais membros do Mercosul.

A ética na profissão contábil: o novo código de ética 2019 e a sua repercussão entre os profissionais da contabilidade teve como objetivo geral investigar, entre os profissionais de contabilidade que atuam nos municípios de Mogi Mirim e Mogi Guaçu, no estado de São Paulo, se eles tinham conhecimento do novo código, o que pensavam sobre a alteração que o novo código trouxe e como isso poderia repercutir na sua prática profissional.

Mulheres trabalhadoras, aborto e serviço social buscou pormenorizar a origem e os interesses de a quem servem à manutenção da mulher como refém de suas capacidades biológicas, analisar como o patriarcado está a serviço da exploração capitalista das mulheres da classe trabalhadora, e como estas são vítimas de consequências perversas da criminalização em razão de sua classe.

A inserção do Serviço Social na não judicialização dos processos de

guarda de crianças e adolescentes teve por objetivo compreender quais as atribuições do Serviço Social para consolidação da não-judicialização de processos de guarda de crianças e adolescentes.

Aplicação da Lei de Improbidade Administrativa aos agentes políticos trabalho objetivou analisar a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa (LIA) aos agentes políticos e a competência para julgamento de respectivas ações. Discorre sobre a Reclamação (Rcl) nº 2.138-6/DF, que tramitou perante o Supremo Tribunal Federal (STF), na qual se discutiu a possibilidade da aplicação da Lei de Improbidade Administrativa aos agentes políticos sujeitos à Lei dos Crimes de Responsabilidade (1.079/50).

As políticas afirmativas de cotas raciais nos concursos públicos e nas empresas privadas teve como objetivo demonstrar a constitucionalidade das disposições legais que instituem políticas afirmativas de cotas raciais nos concursos públicos e na contratação de trabalhadores no setor privado.

Finalizando, *A competência para julgamento das contas de gestão de prefeitos e seus reflexos no Direito* buscou não só reforçar alguns entendimentos jurisprudenciais, mas também a verdadeira competência de cada Poder, no papel de julgamento das contas anuais do Executivo Municipal, pois é fundamental, que haja mais julgamentos técnicos e menos políticos em decisões delicadas/controvertidas. Objetivou, ainda, expor as discussões acerca do julgamento das contas do executivo municipal, além dos reflexos de contas julgadas irregulares se expandirem para o direito eleitoral.